

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares

Nº 996

Duas semanas decisivas para aprovar o PCS

Fortalecer as mobilizações com a categoria é a tarefa prioritária dos Sindicatos nesta semana para garantir que o ministro Cezar Peluso, Presidente do STF, conclua, com urgência, o acordo com o presidente Lula necessário à aprovação, ainda este ano, do PCS.

O SINTRAJUSC chama a categoria para mais um Ato na quinta-feira, dia 9, das 15 às 16 horas, no TRT, também em solidariedade aos servidores que tiveram desconto de salário.

Na sexta-feira, dia 3, houve reunião na Fenajufe com a participação de assessores do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que explicaram os prazos do Congresso Nacional com relação à votação da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo eles, os relatórios setoriais devem ser votados até o dia 8 de dezembro. A expectativa no Congresso é que a Comissão Mista de Orçamento vote o relatório final do senador Gim Argello (PTB-DF) até 17 de dezembro.

De acordo com os assessores, com esse calendário a Fenajufe e os sindicatos terão mais duas semanas para atuar visando o fechamento do acor-

do e a inclusão da previsão do PCS na proposta da LOA, uma vez que ainda há prazo para ajustes pelo relator.

A reunião também aprovou que a Fenajufe peça audiência com o presidente Lula e elabore uma carta aberta ao ministro Cezar Peluso, além da elaboração de um calendário que inclui atividades em Brasília, de terça a quinta-feira, dias 7 a 9.

Na terça e na quarta-feira, apesar do feriado do Judiciário Federal e do MPU, o Congresso Nacional estará funcionando e, por isso, as atividades se concentrarão na Câmara dos Deputados, onde será feito um trabalho de "corpo a corpo" com os parlamentares, em especial com os da base governista.

O objetivo é garantir o apoio nas interlocuções do STF com a Presidência da República visando o fechamento do acordo para a inclusão da previsão do PCS na LOA de 2011 e a votação do projeto ainda este ano.

Para a quinta-feira, dia 9, há indicativo de Ato Público no STF e no Palácio do Planalto.

Ato quinta, dia 9, das 15 às 16h, no TRT

Em defesa do PCS e em solidariedade aos servidores que tiveram desconto de salário

Será que agora o governo dá resposta?

O juiz auxiliar do presidente do STF, Fernando Matos, informou, em reunião nesta sexta-feira, dia 3, com a Fenajufe, que no início desta semana representantes do Supremo se reúnem com o Secretário Geral do Ministério do Planejamento, João Bernardo. Segundo Fernando, a expectativa é que nesse encontro o representante do MPOG apresente alguma contraproposta do governo em relação ao PL 6613/09.

Na conversa, os coordenadores da Fenajufe reafirmaram a defesa do conteúdo original do projeto e criticaram o fato de o STF ter enviado apenas o orçamento do rea-

juste dos magistrados, em detrimento da revisão salarial dos servidores. Além disso, ressaltaram a preocupação da categoria com a demora nas negociações e com as dificuldades no fechamento do acordo. Os dirigentes sindicais reforçaram a necessidade de que haja uma reunião do ministro Peluso com o presidente Lula, lembrando que semana passada os parlamentares da base governista também pontuaram essa questão.

A Fenajufe deverá procurar novamente o juiz auxiliar nesta semana para saber o resultado da reunião do STF com o representante do MPOG.

Ameaça de congelamento salarial não pode ser descartada

Além das dificuldades para aprovar o PCS, a categoria também enfrenta a possibilidade real de serem aprovados projetos que congelam o salário do funcionalismo público pelos próximos dez anos. Um deles é o PLP 549/09, que tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara e foi aprovado por unanimidade no Senado Federal no final de 2009.

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, a partir de informes repassados pelos assessores do Diap, se o projeto de revisão do PCS não for aprovado este ano, os servidores correm o sério risco de ficar sem reajuste nos próximos anos, devido à possibilidade concreta de o governo conseguir aprovar o PLP 549 na próxima Legislatura.

Para os assessores do Diap, embora o parecer da relatora do projeto na CFT, deputada Luciana Genro (PSol-RS), seja contrário ao projeto, há grandes chances de o governo atuar para que a proposta vá para a próxima Legislatura e tenha outro relator, uma vez que a deputada gaúcha não foi reeleita.

De acordo com eles, o projeto estava previsto para entrar na pauta da CFT na próxima quarta-feira, dia 8, mas, como o presidente da Comissão, deputado Pepe Vargas (PT-RS), não estará em Brasília, o PLP não entrará em pauta.

ESTE É MAIS UMA MOTIVO PARA A CATEGORIA PARTICIPAR DO ATO CHAMADO PARA A QUINTA-FEIRA.